



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

CAIO JOSÉ DOS SANTOS SOUZA

**O USO DE PRÁTICAS DE CURADORIA DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE  
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ: o caso Ilê  
Asé Sango Ayrá Ibonã**

Cidade  
2023

CAIO JOSÉ DOS SANTOS SOUZA

**O USO DE PRÁTICAS DE CURADORIA DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ: o caso Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como principal requisito para obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Marcilio Bezerra Cruz

Recife,  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Souza , Caio José dos Santos.

O uso de práticas de curadoria digital como instrumento de preservação da memória de um terreiro de candomblé: o caso Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã / Caio José dos Santos Souza . - Recife, 2023.

p.50 : il.

Orientador(a): Marcilio Bezerra Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Gestão da Informação - Bacharelado, 2023.

1. curadoria digital. 2. preservação da memória. 3. terreiro de candomblé. 4. memória digital. 5. memória da diáspora africana. I. Cruz, Marcilio Bezerra. (Orientação). II. Título.

020 CDD (22.ed.)



Serviço Público Federal  
Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Artes e Comunicação  
Departamento de Ciência da Informação

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### O USO DE PRÁTICAS DE CURADORIA DIGITAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DE UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ: o caso Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã

**CAIO JOSÉ DOS SANTOS SOUZA**

---

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Gestão da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

TCC aprovado em 20 de setembro de 2023

Banca Examinadora:

---

**Marcílio Bezerra Cruz** - Orientador(a)  
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

---

**Celly de Brito Lima** – Examinador(a) 1  
Universidade Federal de Pernambuco - DCI

---

**Erinaldo Dias Valerio** - Examinador(a) 2  
Universidade Federal de Pernambuco – DCI

## **DEDICATÓRIA**

Durante a minha jornada de existência as coisas foram muito difíceis, mas sem o suporte que tive nada disso seria possível. Por isso, dedico esta monografia às mulheres incríveis que participaram ativamente nesse processo: minha amada mãe, Rita de Cássia, que desde os dezesseis anos tem lutado dia e noite para que esse sonho de graduação fosse concretizado; a minha amada bisavó, Marta Cabral, que com toda sua sabedoria me ensinou o valor da educação e a minha amada tia Rosa, a qual sou eternamente grato por ter se dedicado a me alfabetizar, a fazer as minhas tarefas e sobretudo por ter me auxiliado a ter autoestima e a superar os desafios da vida. Sem elas era impossível eu ter chegado até aqui.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou muito grato ao Ilê Sango Ayrá Ibonã por ter me acolhido e ter orgulho de ser um abiã de Oyá Togun e ser filho de santo da lalorixá Valda de Pirapama de Xangô Ayrá. Gostaria de agradecer a Iyakekerê Lurdes de Oxumaré e a Ya Efun Geisika da Oxum pelos ensinamentos e aos meus irmãos de santo, Evellyn Carolina, Kenna Saad e Daniel Douglas, os quais contribuíram significativamente com este trabalho compartilhando suas vivências. Também agradeço aos meus queridos amigos Abdias Neto, Jácylla Rafaela e Nilkelly Dornelas, por terem percorrido essa jornada comigo e aos professores do Departamento de Ciência da Informação, em especial meu orientador, professor Marcilio Cruz.

E, enquanto os homens tocavam seus tambores,  
vibrando os batás e agogôs, soando os xequerês e adjás,  
enquanto os homens cantavam e davam vivas e aplaudiam,  
convidando todos os humanos para a roda do xirê,  
os orixás dançavam e dançavam.  
Os orixás podiam de novo conviver com os mortais.  
Os orixás estavam felizes.  
Na roda das feitas, no corpo das iãos,  
eles dançavam e dançavam e dançavam.  
Estava inventado o candomblé.

(PRANDI, 2001, p. 528)

## RESUMO

A história de opressão e desumanização sofrida pelos povos africanos ao longo da diáspora inclui estratégias de apagamento da identidade e da subjetividade, como o uso simbólico da "árvore do esquecimento". No entanto, os terreiros de Candomblé resistiram a esse processo, mantendo viva a ancestralidade africana e preservando a memória por meio da tradição oral e dos sigilos ligados ao sagrado e aos conhecimentos ancestrais. Todavia, com a capitalização das tecnologias da informação e da comunicação nas religiões de matriz africana tem ocasionado preocupações, os impactos causados à produção da memória dos terreiros a partir da sua existência digital nas redes e sobre o futuro da produção documental digital dessas comunidades nas mídias digitais. Dessa maneira, o trabalho propôs por meio da análise da produção documental digital do *Ilê Asé Sango Ayra Ibonã* disponibilizada nas plataformas *YouTube* e *Blogspot* um modelo de Curadoria Digital aplicável a um terreiro de candomblé. O método de estudo de caso foi escolhido devido à sua capacidade de investigar fenômenos contemporâneos em contextos complexos, enquanto a observação participante é usada para imergir na vida da comunidade do terreiro. Assim, a análise concentrou-se na produção digital do terreiro, incluindo vídeos, textos e imagens, e avalia critérios como respeito à tradição oral, custódia dos ativos digitais e estratégias de preservação. Observou-se que mesmo sem a existência de um protocolo formal estabelecido para orientar o compartilhamento nas mídias digitais, o terreiro mantém os princípios essenciais que permitem a preservação da memória das comunidades de terreiro, além disso, o terreiro carece de um conjunto de práticas que possibilitem a otimização e organização das atividades de produção e compartilhamento de conteúdo e também garanta a preservação da memória digital do *Ilê Asé Sango Ayra Ibonã*. Como resultado de pesquisa foi proposto um modelo de curadoria digital baseado no ciclo apresentado pelo CDD como procedimentos a serem adotados nos ativos digitais do terreiro em todo seu ciclo de vida útil. Portanto, foi possível chegar à conclusão de que a curadoria digital pode ser implementada em um terreiro e que por meio dela os pilares do candomblé são reforçados no contexto digital, a fim de fortalecer as ações de preservação da memória afrodiaspórica.

**Palavras-chave:** curadoria digital; preservação da memória; terreiro de candomblé; memória afrodiaspórica; memória digital; diáspora africana.

## ABSTRACT

The history of oppression and dehumanization experienced by African peoples throughout the diaspora includes strategies aimed at erasing their identity and subjectivity, such as the symbolic use of the "tree of forgetfulness." However, Candomblé temples resist this process, keeping African ancestry alive and preserving memory through oral tradition and sacred symbols linked to ancestral knowledge. Nevertheless, concerns have arisen with the capitalization of information and communication technologies within African diasporic religions. These concerns revolve around the impacts on the memory production of Candomblé temples due to their digital presence on social networks and the future of digital documentary production for these communities in digital media. Thus, this work proposed a Digital Curation model applicable to a Candomblé temple through the analysis of the digital documentary production of Ilê Asé Sango Ayra Ibonã, available on platforms such as YouTube and Blogspot. The case study method was chosen for its ability to investigate contemporary phenomena in complex contexts, while participant observation was used to immerse in the temple community's life. The analysis focused on the temple's digital production, including videos, texts, and images, and assessed criteria such as respect for oral tradition, custody of digital assets, and preservation strategies. It was observed that, even without a formal protocol in place to guide digital media sharing, the temple has maintained essential principles that have enabled the preservation of the memory of temple communities. However, the temple lacks a set of practices to optimize and organize production and content sharing activities, as well as ensure the digital memory preservation of Ilê Asé Sango Ayra Ibonã. As a result of this research, a digital curation model based on the cycle presented by the Content Digital Curation (CDC) was proposed as procedures to be adopted for the temple's digital assets throughout their lifecycle. Therefore, it was concluded that digital curation can be implemented in a Candomblé temple and, through it, the pillars of Candomblé are strengthened in the digital context, aiming to reinforce actions for the preservation of Afro-diasporic memory.

**Keywords:** digital curation; memory preservation; terreiro de candomblé; afro-diasporic memory; digital memory; african diáspora.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 —	Ciclo de vida da Curadoria digital	31
Figura 2 —	Foto histórica do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã	36
Figura 3 —	Recente do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã	36
Figura 4 —	Mãe Valda de Pirapama	37
Figura 5 —	Blog do Ilê Asé Sango Ayrá Ibama	38
Figura 6 —	Homepage do canal do Youtube do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã	39
Quadro 1 —	Estágios das ações para toda vida do ciclo de curadoria digital	41
Quadro 2 —	Estágios das ações sequenciais do ciclo de CD	42
Quadro 3 —	Estágios das ações ocasionais do ciclo de curadoria digital	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CI	Ciência da Informação
CD	Curadoria Digital
DCC	Digital Curation Center
GI	Gestão da Informação
RRM	Região Metropolitana do Recife
TICs	Tecnologias da Informação e da Comunicação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
1.1.1	OBJETIVOS GERAL .....	15
1.1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
<b>1.2</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>CONTEXTO HISTÓRICO DOS POVOS DA DIÁSPORA AFRICANA .....</b>	<b>18</b>
<b>3</b>	<b>O SAGRADO COMO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DOS POVOS AFRICANOS EM DIÁSPORA .....</b>	<b>22</b>
<b>3.1</b>	<b>IMPACTO DA BIOS VIRTUAL NOS POVOS DE TERREIRO .....</b>	<b>25</b>
<b>4</b>	<b>CURADORIA DIGITAL.....</b>	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
<b>6</b>	<b>COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>35</b>
<b>6.1</b>	<b>LOCUS DE PESQUISA .....</b>	<b>35</b>
<b>6.2</b>	<b>PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO ILÊ ASÉ SANGO AYRÁ IBONÃ .....</b>	<b>37</b>
<b>7</b>	<b>PROPOSTA DE UM CICLO DE CURADORIA PARA O <i>ILÊ ASÉ SANGO AYRÁ IBONÃ</i>.....</b>	<b>40</b>
<b>7.1</b>	<b>PLANEJAMENTO.....</b>	<b>40</b>
<b>7.2</b>	<b>AÇÕES PARA TODA VIDA.....</b>	<b>41</b>
<b>7.3</b>	<b>AÇÕES SEQUENCIAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>7.4</b>	<b>AÇÕES OCASIONAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Desde as disciplinas precedentes ao surgimento da Ciência da Informação (CI), fica evidente a preocupação dos profissionais da informação acerca da quantidade de documentos produzidos à medida que os tipos de suportes e aparatos tecnológicos evoluíam. Apesar de o texto “*O que é documentação?*” de Suzanne Briet (2016) ser do início do século passado, aborda conceitos e proposições ainda hoje passíveis de reflexão, como o caso da fertilidade documental potencializada pelos avanços tecnológicos e a busca por métodos e técnicas capazes de coletar, organizar, representar e gerir as informações.

Diante do cenário atual, Sayão e Sales (2012) levantam questões importantes acerca do futuro dos dados de pesquisa documentados digitalmente, tanto como aqueles digitalizados, produzidos pela comunidade médica e científica. Eles indagam se os registros médicos atuais e demais registros de pesquisa, que estão sendo cada vez mais documentados em formato digital ou já são gerados nessa modalidade, estarão acessíveis e disponíveis para reutilização em novas investigações nos próximos anos.

Diante disso, as proposições sobre o futuro dos registros digitais também podem ser aplicadas em outros âmbitos, como o patrimônio cultural e da memória social de um povo. Deste modo, os desdobramentos provocados pela evolução e a ampla utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) provocaram mudanças significativas nas formas de reprodução da realidade material e simbólica.

Segundo Sodré (2009), às formas tradicionais<sup>1</sup> de representação da realidade e as mais recentes interagem, ampliando a dimensão tecno-cultural, na qual emergem e operam novos sujeitos sociais, ou seja, o espaço simulativo ou telereal. Por conseguinte, um novo tipo de poder impera na estrutura social, o qual pode ser apontado como uma “ciberocracia”, visto que “a sociedade contemporânea (dita ‘pós-industrial’) rege-se pela midiatização, quer dizer, pela “virtualização” ou telerealização das relações humanas” (Sodré, 2009, p. 20). Nesse sentido,

---

<sup>1</sup> Segundo Sodré (2009, p.19) as formas tradicionais de representação da realidade são a política e a imprensa escrita.

“mídiatização”<sup>2</sup> passa a ocupar o lugar, ou melhor, sobrepor as mediações e interações sociais, calcadas em estruturas mais sólidas constituídas ao longo da evolução da espécie humana — como a linguagem, o trabalho e a arte.

Desse modo, as vivências e interações clássicas são substituídas pela virtualização do espaço, sendo a interface gráfica o meio dessa nova forma de se mover, ou seja, um tipo de espelhamento da realidade: “o espelho midiático não é simples cópia, reprodução ou reflexo da realidade, porque implica uma forma nova de vida, como um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos” (Sodré, 2009, p. 22). A partir disso, é importante a reflexão acerca de qual legado deixaremos às sociedades futuras, uma vez que com a virtualização das relações humanas e conseqüentemente

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (Nora; Aun Houry, 1981, p. 15).

Em virtude disso, é importante salientar que os “benefícios” oriundos de um mundo globalizado não são uniformes, uma vez que grupos minoritários são diariamente impactados por essas transformações, ao ponto de muitos colocarem em xeque as suas existências, como os povos tradicionais. No tocante a presente pesquisa, o foco se concentrará nas Nações de Candomblé que são grupos descendentes dos povos da diáspora africana no Brasil.

Durante o processo colonial português no Brasil, os povos trazidos da África para as Américas — sendo dez milhões de pessoas sobreviventes ao traslado, dos quais 4,9 milhões tiveram o Brasil como destino —, passaram por um genocídio que transpassaram seus corpos. Como estratégia de dominação, a destituição da identidade e da subjetividade foi exercida por meio do apagamento da memória desses povos que estavam sob o jugo dos colonizadores.

Como o fim da colonização, os processos de extermínio da população negra foram continuados: políticas eugênicas e de apagamento cultural foram implementadas para eliminar a participação dos povos africanos na formação social

---

<sup>2</sup> “Mídiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação — a que poderíamos chamar de “tecnointeração”—, caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível”. (SODRÉ, 2009, p 21)

e cultural do país<sup>3</sup>. Apesar das tentativas de minimizar a contribuição dos povos africanos na formação sociocultural por meio de narrativas eurocêntricas, as formas de reprodução de vida provam o contrário. O Brasil persiste sendo uma nação “amefricana” (Gonzales, 2020).

Nos últimos tempos, tem havido um aumento significativo das iniciativas de pessoas negras em busca de suas ancestralidades que foram apagadas pelo colonialismo, todavia, as tecnologias de comunicação e informação desempenham um papel importante. Por meio dessas novas ferramentas a população negra pode identificar estratégias voltadas à reconstrução de identidade e de resistência através do aprofundamento e da apropriação dos conhecimentos ancestrais, enfrentando as experiências cotidianas e os discursos racistas sutis presentes no trato sociais (Santana; Boni Sobrinho, 2020).

Os grupos religiosos de matriz africana, por exemplo, têm se utilizado das novas tecnologias de informação e comunicação para compartilhar suas vivências e contribuir para a formação da identidade do povo afro-brasileiro. A expansão das mídias digitais têm impactado a preservação da memória desses grupos, porque a tradição oral e a hierarquia baseada no sigilo foram e têm sido as estruturas que possibilitaram a conservação da identidade e da cultura dos povos africanos em diáspora no Brasil.

Diante de tudo isso, é importante fazer os seguintes questionamentos: a) **quais são os impactos causados à produção da memória dos terreiros a partir da sua existência digital nas redes?** b) **A produção documental digital das comunidades de terreiro estarão disponíveis para o acesso e reutilização das próximas gerações?**

Em vista dessas perguntas, todos os esforços para a preservação da memória dos povos de terreiro são de extrema importância para a sociedade brasileira, pois, se trata também do patrimônio cultural, identidade e memória social do país. A Curadoria Digital (CD) associada aos conceitos de Patrimônio Cultural e Memória Social apresenta-se como um importante instrumento de preservação da memória dos povos de terreiro, além de contribuir para a produção e difusão de conhecimento. Em suma, a CD tem “sua origem ligada a percepção da importância

---

<sup>3</sup> A pintura “A redenção de Câm.” exemplifica essas políticas eugenistas adotadas na época (BROCOS, M., 1885). O recorte realizado pela pintura de Brocos é capaz de explicitar as profundas raízes racistas do Brasil que, diferente de outros regimes racistas, ocorre de forma velada.

da certificação e da confiabilidade, da obsolescência e da evolução dos formatos (com o risco de perda pelo desenvolvimento tecnológico e pela fragilidade das mídias digitais)” (Araújo, 2018, p. 52).

Destarte, a presente pesquisa objetiva analisar como as práticas ligadas à Curadoria Digital podem contribuir com a preservação da memória em terreiro de Candomblé. Para isso, além da pesquisa exploratória e bibliográfica, um *locus* de pesquisa foi selecionado: o *Ilé Asé Sango Ayrá Ibonã* (Casa de Axé de Xangô Ayrá Ibonã), uma vez que essa casa de axé tem uma presença significativa nas redes e mídias digitais. Espera-se, com isso, analisar os comportamentos dos membros dessa comunidade a partir da produção, utilização e compartilhamento de conteúdo em meio digitais, a fim de propor um modelo de curadoria digital que possa ser aplicado em um terreiro.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 OBJETIVOS GERAL**

Propor um modelo de curadoria digital que possa ser aplicado em um terreiro, a partir da análise da produção documental do *Ilé Sango Ayrá Ibonã* disponíveis no canal do YouTube e no Blogspot

### **1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Investigar como as práticas ligadas à Curadoria Digital podem contribuir com a preservação da memória digital de um terreiro de candomblé.
- Propor um modelo de Curadoria Digital que possa ser aplicado em um terreiro.
- Contribuir para com a preservação da memória dos povos da diáspora africana no Brasil.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

A reflexão proposta por Paulo Freire (2013) acerca da conjuntura social do Brasil abordada na obra *Pedagogia do Oprimido* ainda é capaz de descrever a atual realidade dos grupos marginalizados do país a partir de dois aspectos importantes: a não compreensão da posição social que ocupa e a desumanização advinda da

classe dominante, os opressores. A destituição da identidade e da subjetividade foram as principais estratégias de dominação exercidas pelos colonizadores europeus nos povos africanos em diáspora à América.

Além das violências contra seus corpos, ocorriam também violências na esfera simbólica, a árvore do esquecimento foi utilizada como mecanismo simbólico de apagamento da identidade e da subjetividade:

Nesse percurso todo escravo que ia ser embarcado era obrigado a dar voltas em torno de uma árvore, “A árvore do esquecimento”. Neste lugar, se encontrava a árvore do esquecimento. Os escravos homens deviam dar nove voltas em torno dela. As mulheres sete. Depois disso, supunha-se que os escravos perdiam a memória e esqueciam seu passado, suas origens e sua identidade cultural, para se tornarem seres sem nenhuma vontade de reagir ou se rebelar. (Barbieri, 1998, 16:00”-16:45”)

Apesar do apagamento cultural sofrido pelos povos africanos em diáspora para as Américas durante o período da colonização e também hoje com a manutenção das estruturas de Estado racista, esses povos resistem e encontram estratégias para preservar sua memória e identidade, sendo o âmbito do sagrado um dos seus principais alicerces. Nos terreiros, o foco está intimamente relacionado com os valores e a reprodução da vida material, onde a ancestralidade africana é reconhecida e reverenciada, tornando assim os Ilês “portais do retorno” (Gonçalves, 2003, p. 24).

Compreender que os terreiros são hoje os espaços de memória da diáspora africana surge a necessidade construir com essas comunidades ações com o propósito de reduzir os impactos causados pelo apagamento histórico provenientes da colonização. Para isso, é fundamental a compreensão das estratégias já utilizadas pelos povos de terreiro, a tradição oral baseada nos sigilos ligados ao sagrado, para que a produção e a disponibilização dos documentos nas mídias digitais não desrespeitem os pilares do conhecimento ancestral.

Sob essa ótica, a construção e adoção de práticas como a curadoria digital, com o enfoque na preservação da memória digital da comunidade de terreiro, podem desempenhar um papel ativo na reconstrução e perpetuação da identidade do povo negro no brasileiro. Adicionalmente, a criação de espaços repletos de informações confiáveis e consistentes acerca dos terreiros de candomblé, da origem

dos ancestrais africanos, do aprofundamento na cultura africana e, por conseguinte, no fortalecimento da amefricanidade, constituem-se como objetivos primordiais desta pesquisa.

O município do Cabo de Santo Agostinho é uma das cidades marcadas pela exploração colonial e até atualidade enfrenta impactos desse período, uma vez que hoje é uma das cinco cidades mais violentas do estado de Pernambuco e um dos municípios mais letais para jovens negros. A população cabense vem enfrentando um apagamento histórico e o abandono das instituições de memória e cultura por parte das autoridades municipais, algo que impacta significativamente na violência que se espalha pela cidade. Hoje, o *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* é um símbolo de cultura e resistência para a cidade do Cabo, por se tratar de um prédio que um dia manteve pessoas em situação de escravidão, hoje é um espaço de celebração da memória dos povos africanos, por isso, é importante que a memória desse terreiro seja preservada.

Ademais, o processo de embranquecimento imposto pelas estruturas sociais do Brasil foi arquitetada para que ocorresse veladamente para desvalidar narrativas e os indivíduos traspassados por essas políticas terem dificuldades de se reconhecerem como corpos racializados, corpos marginalizados, corpos negros. Compreender a potência do marcador social negro é libertador, porque por meio dele uma jornada em busca a ancestralidade roubada é iniciada e no final dela é descoberto que pretos e pardos foram gerados pela mãe África e paridos aqui América, o que faz desse solo uma Amefrica.

Portanto, este trabalho visa devolver às comunidades de terreiro possibilidades de melhorar e otimizar a produção e o compartilhamento de conteúdo nas mídias digitais, com o propósito de tornar acessível informações sobre a cultura dos povos de terreiro, que sobre tudo também faz parte da memória social brasileira. Além disso, foi lançada uma provocação para a área de gestão da informação com a intenção de mostrar que é possível expandir os horizontes de pesquisas para além do contexto organizacional corporativo. Diversos setores da sociedade, inclusive os socioculturais, precisam conhecer e saber que existe a GI para os auxiliarem a superarem e lidarem com as mudanças oriundas da sociedade da informação.

## 2 CONTEXTO HISTÓRICO DOS POVOS DA DIÁSPORA AFRICANA

Não saber qual é o seu lugar no *cosmos* é uma das razões pelas quais os oprimidos se mantêm subjugados por seus opressores (Freire, P., 2013), ou seja, o desconhecimento das origens e a ausência da noção de qual papel social desempenhado é uma das principais causas da vulnerabilidade entre os grupos sub-representados na sociedade. Nesse sentido, o mito da democracia racial tem sido amplamente utilizado para desmobilizar e apagar da história do Brasil os registros da escravidão, com o propósito de tecer um “véu do silêncio” sobre o que foi a cruel e sangrenta diáspora africana (Nascimento, A., 2016, p. 46).

Diversos processos sociais e históricos que ocorreram durante a formação do povo brasileiro são narrados pela perspectiva dos opressores que escondem, destroem e deturpam registros — como a queima dos documentos referentes a escravidão custodiados pelo Ministério da Fazenda durante a Primeira República. A Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, de autoria do antigo ministro das finanças, Rui Barbosa, com o pressuposto de apagar as marcas deixadas pela escravidão, ordenou que todos os acervos oriundos da escravidão fossem incinerados. O texto da circular diz, de maneira explícita: “Convindo, para cumprimento das instruções expedidas por este ministério, em 14 de dezembro de 1890, que fiquem extintos todos os livros e papéis referentes ao elemento servil”. (Lacombe, et al., 1988, p. 123).

Apesar das inúmeras disputas de narrativas sobre o processo afrodiaspórico amplamente difundidas no século passado, assim como outras ainda remanescentes, sabe-se que “a imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão” (Nascimento, 2016, p. 43). Com os avanços nas pesquisas sobre as travessias do oceano atlântico, estima-se que foram realizadas 36 mil viagens entre o período de 1500 e 1867, e aproximadamente doze milhões de pessoas embarcadas em navios negreiros para serem escravizados nas Américas (Gomes, 2019).

Só o Brasil, “sozinho, recebeu 4,9 milhões de cativos, o equivalente a 47% do total desembarcado em todo continente americano entre 1500 e 1850” (Gomes, 2019, p. 214). Por esta razão, é impossível se esquecer do fato que a África está profundamente com o Brasil, o que gerou o conceito político-cultural de

“amefricanidade”, amplamente defendida por Lélia Gonzalez (2020). Esse conceito explica a formação social do país, pois “os africanos para aqui trazidos como escravos tiveram um papel civilizador, foram um elemento ativo, criador, visto que transmitiram à sociedade em formação elementos valiosos da sua cultura” (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 43).

Albuquerque e Fraga (2006, p. 66), asseveram que “no início do século XIX, o Brasil tinha uma população de 3.818.000 pessoas, das quais 1.930.000 eram escravas”. Cidades como Salvador ou Rio de Janeiro tinham uma população de africanos superior a 60% dos habitantes. A manutenção do regime escravista estava plenamente arraigada entre as camadas sociais do país, pois a propriedade escrava não era exclusividade dos grandes proprietários, mas também das classes mais baixas — como padres, militares, pequenos lavradores e comerciantes. Assim, a “escravidão foi mais do que um sistema econômico, ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais e raciais, forjou sentimentos, valores e etiquetas de mando e obediência” (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 68).

Todavia, a pressão externa exercida pela Inglaterra sobre o Brasil durante o século XIX, culminou em uma lenta transição devido à limitada eficácia das leis anteriores à Lei Áurea. O termo “lei para inglês ver”, por exemplo, surgiu a partir da análise crítica das legislações e dos diversos tratados internacionais assinados pelo Brasil, os quais abordavam o término do comércio de escravos (Pimentel, 2014). Como exemplo das leis com eficácia limitada, podemos mencionar a Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850) que buscava restringir a entrada de indivíduos escravizados por meio do comércio marítimo de escravos, mas não proibiu o comércio de escravos internos (Presidência da República Casa Civil, 1850). Outro caso é a Lei Saraiva-Cotegipe, também conhecida como Lei dos Sexagenários, promulgada em 1885, que conferia liberdade a todos os escravos com 60 anos, mas a expectativa de vida dos cativos era baixa, e os altos índices de infanticídio, morte por exaustão e abortos (Albuquerque; Fraga Filho, 2006) tornando assim o cativo apenas um sonho distante.

Além da pressão externa exercida pela Inglaterra, o medo de que a presença africana e de seus descendentes levasse a uma “africanização do país” foi outro fator motivador das camadas mais altas da sociedade brasileira a se posicionarem contra o tráfico com o propósito de apagar a influência negra. Eles estavam dispostos até a “injetar sangue europeu na população do Brasil” (Albuquerque;

Fraga Filho, 2006, p. 59). Com o fim da escravidão no horizonte, o Estado conduziu diversas políticas que visavam reduzir quaisquer possibilidades de ascensão da população de ex-escravos. A título de exemplo, a lei de terras de 1850, estabeleceu que apenas os proprietários de terras tituladas poderiam ter acesso à posse e ao uso da terra.

O impacto da Lei de Terras de 1850 sobre a população negra foi significativo, uma vez que muitos negros libertos e descendentes de escravos não tinham recursos financeiros para adquirir terras (Poubel, 2016). Desse modo, no dia 13 maio de 1888, após a assinatura da famosa lei Áurea, os escravos “libertos” ficaram totalmente desamparados pelo Estado, sem moradia, trabalho e educação; relegados a viver à margem da sociedade, a ocupar as periferias das cidades. De contrapartida, com o intuito de apagar a influência africana na formação da identidade nacional, as políticas eugênicas foram amplamente difundidas a partir da forte onda culturalista, difundindo conceitos como “Democracia Racial” e o “Lusotropicalismo”. Dessa forma, a jovem república, que ansiava com a ruptura com o passado e desbravar a Modernidade, pautou seu projeto de nação na fantasia do “paraíso racial”, onde brancos e negros viviam em harmonia, “o mundo que o colonizador português criou” (Nascimento, A., 2016, p. 37).

O historiador Gilberto Freyre, o qual é considerado o fundador do Lusotropicalismo, em suas obras mais importantes, afirma que os povos africanos, assim como os povos originários, por serem selvagens, eram incapazes de erigir uma civilização. Já os portugueses tiveram êxito em criar uma “civilização”, tanto na América quanto na África, por se tratar de uma sociedade formada por uma raça de pessoas superiores. Em seus escritos,

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo modernidade; não se trata de um ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremidade perigosa mística e racista, cujo objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente, quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele e a cultura do negro. (Nascimento, A., 2016, p. 38)

Na verdade, longe do que Freyre aponta, a formação da “unidade de um povo” único e diferente de todos à sua volta, o paraíso dos trópicos chamado “Brasil”, foi resultado de um “processo continuado e violento de unificação política,

logrado mediante um esforço deliberado de supressão de toda identidade étnica discrepante e de repressão” (Ribeiro, 2015, p. 19). Tal como as leis durante o processo de “encerramento” do tráfico de pessoas escravizadas, os louros provenientes da Democracia Racial não passaram de um subterfúgio para a manutenção da supremacia dos brancos, sendo a realidade concreta das estruturas sociais da nação bem diferente.

Ao contrário de outros países, o racismo brasileiro não é “tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas institucionalizado eficazmente nos níveis oficiais de governo” (Nascimento, A., 2016, p. 86). O preconceito racial de marca que também pode ser entendido como preconceito de cor é a estrutura caracterizadora das relações raciais no Brasil, evido à pirodinâmica do caráter estético, o racismo vivenciado dependerá de quão próximos estão do *éthos negro*, e em outros regimes racistas como dos Estados Unidos as relações raciais são caracterizadas pelo “preconceito racial de origem”, ou seja, a aparência é menos influente do que a origem e carregado de uma exclusão integral dos indivíduos racializados, como efeito as ações segregacionistas e racistas são nítidas e assimiladas pela população negra (Nogueira, 2006).

Por isso, não foi necessário escrever em lei onde seriam os bairros dos negros e dos brancos, pois, antes da liberdade, o acesso à terra foi negado por meio de lei de terras, relegados a lugares insalubres — como encostas, beiras de rios e outros. Elisa Lucinda sintetiza tal perspectiva, dizendo: “se tem territorialidade, tem *apartheid*. Se eu sei onde encontrar preto e onde encontrar branco, tem *apartheid*”<sup>4</sup> (ITAÚ CULTURAL, 2017). De maneira oposta, os imigrantes europeus oriundos da primeira onda migratória durante o final do século XIX e começo do XX, cumpriram o papel de “embranquecer a nação”. Segundo o IBGE (2000), durante o período de 1870 a 1920, o Brasil recebeu 3,3 milhões de imigrantes europeus que, ao contrário da população negra, adentraram no país com vários direitos assegurados — inclusive o acesso à terra.

A classe dominante detém os órgãos de poder, pois o Estado foi estruturado por ela e para ela, controlando e monopolizando os instrumentos de controle social e cultural utilizados para “destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria” (Nascimento, A., 2016, p. 86). Assim, fica mais que evidente

---

<sup>4</sup> Fala da atriz Elisa Lucinda na entrevista ao Itaú Cultural, 2017.

que a neurose cultural brasileira é racista, uma vez que tudo que os brancos não conseguem se apropriar é “recalcado por classificações eurocêntricas que minimizam a importância da contribuição negra” (González, 2020, p.116). Toda subjetividade e manifestação cultural, bem como tudo que é sagrado e estrutural de saberes e de conhecimento dos povos em diáspora de África, é subjugado, marginalizado e, principalmente, criminalizado.

A título de exemplo, o samba e a capoeira já foram enquadrados como crimes de “vadiagem”. Como indicativo disso, o decreto n.º 847, de 11 de outubro de 1890, o “Código Penal dos Estados Unidos do Brasil”, no Capítulo XIII — Dos vadios e a capoeira — caracteriza a capoeira como manifestação ofensiva à moral e aos bons costumes, tendo como sanção a prisão, explicitado no artigo no 402:

Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal: Pena - de prisão (*sic*) celular por (*sic*) dous a seis (*sic*) mezes; (*sic*) Paragrapho unico. (*sic*) E' considerado (*sic*) circunstancia (*sic*) agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta; Aos chefes, ou cabeças, se imporá o dobro da pena. (BRASIL, 1890, p. 1)

Durante toda a diáspora e até os dias de hoje, a população negra vivencia violências contra seus corpos e na esfera simbólica, uma vez que os negros são despojados de subjetividade e da identidade, tornando-se “a representação mental daquilo que o sujeito branco não quer parecer”. (Kilomba, 2019, p. 38). Mas apesar de tudo isso, a população negra tem resistido independentemente do genocídio em curso, a partir de estratégias, que foram criadas para preservar a memória e a cultura desses povos. Em diversos aspectos, a manifestação do sagrado foi fundamental para a reconstrução das identidades desposadas durante a escravidão, sendo os terreiros verdadeiros portais do retorno, uma vez que proporcionam o reencontro com a ancestralidade africana.

### **3 O SAGRADO COMO GUARDIÃO DA MEMÓRIA DOS POVOS AFRICANOS EM DIÁSPORA**

Antes de embarcarem com destino à América, os cativos eram obrigados a darem entre sete a dez voltas ao redor de uma árvore ou de algum monumento e após o

momento que as voltas eram completas essas pessoas deixavam de existir, perdiam a sua identidade cultural, étnica, familiar e, com tudo isso, a sua humanidade. O navio negreiro, como máquina de genocídio, foi instrumento pelo quais os europeus levaram pessoas escravizadas para dar cabo ao colonialismo, de tal modo que “a economia mercantilista da Europa no século XVI incluiu decisivamente uma mercadoria: o homem em sua condição escrava”. (Lody, 1987, p. 7).

O tráfico de pessoas escravizadas foi uma das principais atividades econômicas do período colonial, colaborando ativamente no processo de consolidação do capitalismo nos países envolvidos, porque “a utilização do escravo africano como mão de obra, enquadra-se no sistema mercantilista do tráfico negreiro, que proporciona a acumulação de capital pelas metrópoles que realizavam esse comércio” (Mattos, 2012, p. 64).

Nesse âmbito de interesse econômico, o continente africano é alvo de uma série de investidas que, da segunda metade do século XVI à primeira metade do XIX, serviram de cenário para o transporte de milhares de homens e mulheres da África para o Brasil, reunindo diferentes etnias, contrastantes estágios culturais e diferenciados sistemas sociais, econômicos, políticos e religiosos. (Lody, 1987, p. 7)

Segundo Lody (1987), o comércio escravista em terras brasileiras ocorreu de maneira institucionalizada entre o período de 1551 a 1850, podendo ser analisados por quatro ciclos, a saber: “**Ciclo da Guiné:** segunda metade do século XVI; **Ciclo Angola-Congo:** por todo século XVII; **Ciclo Costa da Mina:** Até a início da segunda metade do século XVIII; **Ciclo de Benin:** até metade do século XIX” (Lody, 1987, p. 8, grifo nosso). A ancestralidade é algo extremamente importante para os povos em diáspora africana, sendo

A morte no mar e no interior dos tumbeiros impedia que os espíritos retornassem para perto de seu povo e aldeia de origem. Assim, os sobreviventes pareciam estar fadados a serem acompanhados pelas almas penadas dos que morreram no mar, longe da terra dos ancestrais (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 51).

Com o intuito de evitar revoltas ao chegarem nas Américas, as pessoas escravizadas eram apartadas de suas famílias, da língua e eram conseqüentemente destituídos de suas identidades, como resultado, as comunidades negras no Brasil no período colonial foram estabelecidas por intermédio do segregamento de seus familiares, identidades e crenças. Assim, para sobreviver à barbárie que foi o cativo,

Os escravos e as escravas buscaram acionar relações apreendidas na África e as aqui inventadas. Os vínculos formados a partir do trabalho, da família, dos grupos de convívio e da religião foram fundamentais para a sobrevivência e para a recriação de valores e referências culturais (Albuquerque; Fraga Filho, 2006, p. 85).

Por isso, as religiões de matriz africana apresentam em cada tradição uma diversidade de costumes e práticas, pois, o processo oriundo do tráfico obrigou povos de diferentes origens e culturas a viverem juntos sob o jugo do cativo. Como produto dessa junção de diferentes povos, as religiões de tradição africana não apresentam uniformidade na sua construção, uma vez que distante do seu passado, as crenças e formas de construção do simbólico convergiram-se, propiciando a formação de novas estruturas religiosas (Albuquerque; Fraga Filho, 2006). Dessa forma, em todo território brasileiro surgiram diversas manifestações do sagrado, como as casas de Xangô e a Nação Xambá em Pernambuco, as Macumbas no Sudeste, Tambor de Minas no Maranhão, as Nações Jeje-Nagô e Angola na Bahia, entres outras diversas religiosidades.

O candomblé, em especial, surge por volta do século XIX, devido a forte influência dos povos oriundos da região ocidental do continente africano. Ele tornou-se uma ferramenta de integração social que “seria para marcar os espaços das diferentes ‘nações’ africanas. Por isso, até hoje existem as diferentes ‘nações’ do candomblé, com base na diferenciação feita entre as influências recebidas das diversas tradições africanas” (Mattos, 2012, p. 162). Diante de todo epistemicídio vivenciado por aqueles forçados a atravessarem o Atlântico nos navios negreiros, foi por meio do sagrado que a identidade e cultura foram preservadas. Por isso, o “candomblé assume a função de manutenção de uma memória” (Lody, 1987, p. 10), possibilitando a preservação da cultura do indivíduo africano em terras brasileiras.

Assim,

A maneira de agrupar e identificar os muitos grupos étnicos deu-se através do reconhecimento de suas línguas, critério também utilizado, hoje, no estabelecimento das nações de candomblé. Os termos religiosos, os nomes gerais para os alimentos, roupas e deuses, as histórias e os cânticos rituais, entre outros, quando ouvidos em *ewe*, indicam que o terreiro tende a seguir o modelo *jeje*; ouvidos em *iorubá*, indicam um provável modelo das nações *kêtu* e *nagô*. (LODY, 1987, p. 10)

Os dois grandes grupos étnicos da África ocidental que foram responsáveis pela formação do candomblé foram os povos iorubanos, a partir das nações Kêtu-

Nagô, e os povos daomeanos, como a nação jeje. Além desses povos, há outras nações formadas pelo povo banto — como o caso das Nações Angola e Congo. De modo geral, no Candomblé de origem iorubá, cultuam-se os orixás que são deidades responsáveis pelo controle das forças da natureza; já os de origem daomeana cultuam os voduns, os quais além de assumirem o controle das forças da natureza também foram reis e rainhas do antigo Daomé. Desse modo, “a deidade da natureza e as expressões dos antepassados têm eficácia no controle e guarda da própria sociedade” (Lody, 1987, p. 9).

Diante de todas as tentativas de apagamento da influência dos povos africanos em diáspora no Brasil, os terreiros são polos de resistência e também podem ser considerados como intuições de salvaguarda de memória. Dessa maneira, os artefatos presentes nesses espaços são custodiados determinadamente a partir dos valores e significados para o grupo social que, segundo Silva Júnior e Oliveira (2018), justifica-se a preservação desse patrimônio. Por meio da ressignificação e ampliação do sagrado, modifica-se a visão imposta pelos colonizadores, transformando o homem africano em “protagonista e autor dos seus próprios caminhos enquanto indivíduo, coletividade, civilização” (Lody, 1987, p. 9). Em suma, é de grande importância a compreensão de como as mudanças tecnológicas afetam os povos de terreiro, a fim de garantir o futuro da memória dos povos africanos em diáspora e os saberes tradicionais.

### **3.1 IMPACTO DA BIOS VIRTUAL NOS POVOS DE TERREIRO**

As transformações em curso provocadas pela consolidação das tecnologias de informação e comunicação mudaram as formas de mediações e interações sociais em todo mundo, por meio da “incorporação do digital nos espaços antes atuados pelas tecnologias tradicionais” (Galindo, 2021, p.21). A comunicação do conhecimento concentrada nas instituições mediadoras tradicionais como as famílias, comunidades, escolas, etc. dão lugar à midiaticização das relações humanas (Sodré, 2009). Na da lógica social contemporânea, as interações sociais e a percepção da realidade sensível se expandem por meio de um espelhamento midiático, que não é uma “simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica numa nova forma de vida, com novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos” (Sodré, 2009, p.23).

A midiatização é classificada pelo viés aristotélico de classificação de formas da vida como uma “*bios específica*”<sup>5</sup>, sendo “pensada como tecnologia de sociedade ou como um novo *bios*, uma espécie de *quarto âmbito* existencial, onde predomina (muito pouco aristotelicamente) a esfera dos negócios com uma qualificação cultural própria (a tecnocultura)” (Sodré, 2009, p.25). Compreendendo que a *bios virtual* reflete a realidade, as estruturas sociais, tais como sistemas de crenças, práticas e atitudes, também encontram sua representação no ambiente digital, especialmente quando se trata do grupo focal desta pesquisa, o qual é o racismo estrutural e que parte de um processo social que ocorre “pelos costas dos indivíduos e lhe parece legado pela tradição” (Almeida, 2019, p.20).

No cenário em discussão, os traços associados aos símbolos culturais da cultura afro-brasileira, e as características únicas de seus representantes, como tonalidade da pele, estética colorida e traços distintivos, têm a possibilidade de serem percebidos de maneira desfavorável por indivíduos alheios a essa cultura. Isso ocorre até mesmo de forma não explícita, em contextos nos quais estão presentes pressupostos simbólicos relacionados a preconceitos raciais. (Suamme; Sobrinho, 2020). Contudo, a população negra tem se apropriado dos espaços criados a partir das tecnologias da informação e comunicação, os quais “penetram na vida contemporânea, favorecendo a criação de arenas de intercâmbio simbólicos digitais - a exemplo de redes sociais, *blogs*, *instant messengers*”. (Santana; Boni Sobrinho, 2020, p.25).

À semelhança dos quilombos tradicionais, que carregam o simbolismo de refúgio, resistência e acolhimento desde o período colonial, algumas esferas das mídias digitais cumprem um papel similar, caracterizados como “quilombo digital” ou “ciberquilombismo”. O ciberquilombismo é resultante de manifestações protagonizadas no ciberespaço ao gerarem “espaços de organização negra, no ambiente digital em rede de afirmação, de (re)existência, resistências, denúncia, articulação para pautar demandas do povo negro” (Franco, 2021, p.3).

A presença da afro-religiosidade no ciberespaço possibilita um diálogo direto com a sociedade, em especial com a população negra, todavia, a presença nas mídias digitais também representa uma contradição em relação à estrutura de como

---

<sup>5</sup> Segundo Sodré (2009), no texto *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta três gêneros de existência na polis (*bios*), sendo elas: “*bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo)” (SODRÉ, 2009, p. 25).

o sagrado foi construído porque, a “internet e as mídias sociais fazem as religiões, principalmente aquelas como o candomblé, entrarem em conflito com os seus pilares que as mantêm latentes hoje: a tradição oral” (Corteze, 2022, p. 81). A oralidade está intimamente ligada a origem ancestral, pois para os povos lorubás a palavra é um elemento extremamente precioso: “como a palavra porta o axé, ela tem o poder de fazer com que o que está sendo afirmado se concretize” (Poli, 2019, p.27).

Assim, a tradição oral associada a uma hierarquia baseada numa senioridade são características basilares. No contexto cotidiano dos barracões, o mais novo aprende com o mais velho, no qual os ensinamentos são segredos passados de geração em geração provenientes dos elos das famílias de axé. A importância do sigilo para o candomblé se evidencia na fala de Lody (1987, p. 12):

Creio que o segredo foi a melhor arma do candomblé para conseguir manter tantos traços africanos, como palavras, músicas e, principalmente, rituais religiosos, formas revitalizantes da continuidade e manutenção do axé, como fala o povo de candomblé.

A exposição das vivências religiosas nos terreiros tem sido amplamente discutida entre a comunidade, uma vez que essa existência na *bios virtual* proporciona pontos positivos e negativos. Sobre os pontos positivos, as mídias digitais “permitem que os usuários criem comunidades para compartilharem suas experiências e relações pessoais, facilitando a aproximação entre desconhecidos e estreitando laços afetivos religiosos” (Corteze, 2022, p. 90). Existem alguns aspectos negativos que devem ser considerados, como a ampla gama de informações e conteúdos disponíveis nas redes, que nem sempre são de alta qualidade. Infelizmente, esses recursos também podem ser utilizados por grupos e indivíduos com inclinações racistas e intolerâncias religiosas, o que levanta preocupações sobre o uso indevido da tecnologia.

Ainda mais, a acumulação substancial de documentos gerados no contexto digital pode resultar em uma sobrecarga na capacidade de gerenciamento e organização de informações. Sobre os conteúdos produzidos pelas comunidades de terreiro, essa preocupação é particularmente relevante, pois, enquanto já enfrentam dificuldades consideráveis na preservação da memória histórica dentro de estruturas tradicionais, essa tarefa se torna ainda mais desafiadora no ambiente digital. Logo, faz-se necessário se questionar qual será o legado deixado para as gerações futuras

e quais estratégias podem ser adotadas para preservar a memória dos povos de terreiro.

Os terreiros de candomblé fazem parte da memória social brasileira e desempenham um papel fundamental ao contribuírem significativamente para a compreensão dos povos africanos trazidos ao Brasil, preenchendo lacunas e fornecendo informações e documentos preciosos. Diante do desafio contemporâneo de compartilhar essas ricas vivências através das mídias digitais, em consonância com os valores de tradição e sigilo, surge a complexa dificuldade de preservar suas histórias e culturas diante da evolução tecnológica.

Diante do desafio de compartilhar as vivências nas mídias digitais, respeitando a tradição e o sigilo e a dificuldade de preservar suas histórias e cultura devido à evolução das mídias digitais, a curadoria digital se torna um mecanismo valioso para orientar a produção de conteúdo dentro desses grupos, permitindo-lhes manter e transmitir sua identidade cultural de maneira autêntica. Além disso, desde os tempos da colonização até os dias atuais, esses grupos enfrentaram o impacto do epistemicídio, um processo que ameaça suas formas autênticas de conhecimento.

O epistemicídio foi uma das peças fundamentais para o controle dos colonizadores em relação à população negra por instituir um regime de verdade baseado no favorecimento ao pensamento ocidental (Reis, 2020). O produto desse recurso é a naturalização de narrativas "ancoradas em estereótipos essencialistas, para a inferiorização racial, ontológica e epistemológica de povos submetidos à violência arbitrária das ocupações e do impulso dominador (Reis, 2020, p. 8). Além da desvalorização dos saberes, a população negra do Brasil, vivenciaram e vivem outras formas de epistemicídio como é caso do apagamento dos registros da escravidão e a carência de informações sobre os seres humanos trazidos a força de África.

Nesse contexto, a curadoria digital emerge como uma ferramenta de valor inestimável por proporcionar orientação essencial para a produção de conteúdo dentro dessas comunidades, permitindo-lhes preservar e transmitir suas identidades culturais de maneira fiel e autêntica. Dessa forma, a curadoria digital pode ser utilizada também para capacitar e auxiliar os terreiros a adaptarem-se de maneira significativa às mudanças contemporâneas, enquanto mantêm firmemente suas raízes culturais.

#### 4 CURADORIA DIGITAL

Nas décadas recentes, houve discussões substanciais sobre as transformações resultantes da ampla adoção das TICs em várias esferas da sociedade contemporânea. O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO, 2022), apresentou em sua plataforma um artigo sobre o futuro dos dados produzidos pela humanidade e o volume de dados tem sido alvo de vários setores da comunidade científica, pois a humanidade gerou 5,4 zettabytes de dados até o ano passado e espera-se que esse volume aumente oito vezes em cinco anos, atingindo 44 zettabytes em 2020. Essa quantidade é difícil de imaginar, mas é equivalente a 1.375 bilhões de pen drives de 32 gigabytes a cada pessoa, gerando cerca de 2 megabytes de dados por minuto de 2015 a 2020 (SERPRO, 2022).

A inundação de dados provocados pela produção e compartilhamento de informações provenientes de diversas fontes digitais também preocupa a Ciência da Informação, uma vez que os métodos desenvolvidos e já consolidados não têm dado conta dos novos paradigmas informacionais. Dessa forma, diante da crescente inquietação acerca do destino dos dados gerados digitalmente pela comunidade científica, “a Curadoria Digital emerge como uma nova área de práticas e de pesquisa de espectro amplo que dialoga com várias disciplinas e muitos gêneros de profissionais” (Sayão; Sales, 2012, p. 185).

Como resultado, os saberes e experiências da área de preservação e acesso a recursos digitais produzidos nos últimos anos “resultaram num conjunto de estratégias, abordagens tecnológicas e atividades que agora são conhecidas como curadoria digital” (Sayão; Sales, 2012, p. 184). A CD pode ser definida “como a prática e o estudo dos processos de seleção, preservação, manutenção, coleção e arquivamento de dados digitais, com a consequente criação de repositórios e/ou plataformas digitais participativas” (Araújo, 2018, p. 52). As ações administrativas relacionadas a CD envolvem desde o planejamento da produção dos dados e a adoção de melhores práticas em digitalização e gestão documental, até assegurar que estarão disponíveis para serem encontrados, usados e reutilizados no futuro (Abbott, 2008).

No seu site, o Centro de Curadoria Digital (DCC) apresenta a sua perspectiva sobre as práticas de CD, que engloba manutenção, preservação e valorização de dados de pesquisa ao longo do ciclo de vida. Além de reduzir a duplicação de

esforços na criação de dados de pesquisa, a curadoria aprimora o valor de longo prazo dos dados existentes, tornando-os disponíveis para futuras pesquisas de alta qualidade. Dessa forma, por garantir a sustentabilidade dos dados a longo prazo, a CD fornece aos conjuntos de dados valor imediato apreciado tanto pelos seus criadores quanto pelos usuários (Abbott, 2008).

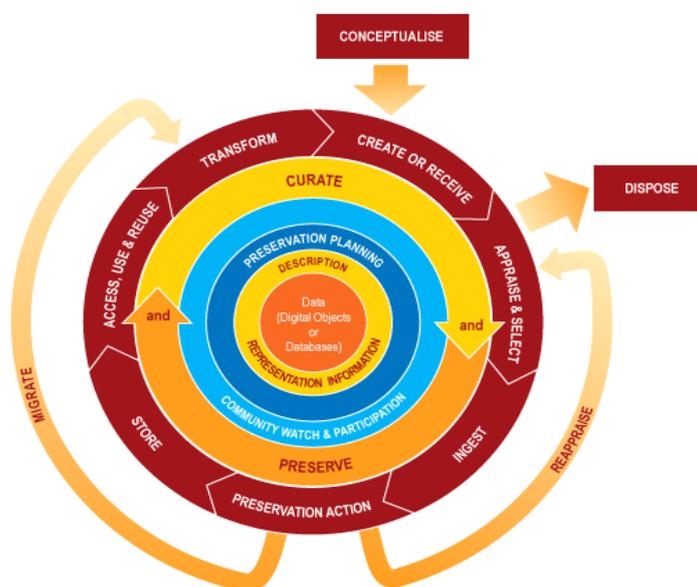
Abbott (2008, p.1, tradução nossa), aponta diversas facilidades de valor imediato proporcionadas pela CD, as quais são:

- Acesso persistentes a dados digitais confiáveis;
- Melhoria na qualidade dos próprios dados e de seu contexto de pesquisa;
- O uso de padrões comuns entre diferentes conjuntos de dados, o que por sua vez gera mais oportunidades de busca cruzada e colaboração;
- Verificações de autenticidade, melhorando a confiabilidade dos dados;
- Garantir que os dados sejam válidos como registro formal, quando apropriado, permitindo que funcionem no futuro como evidência legal;
- Aproveitar o investimento inicial garantindo que os dados estejam disponíveis para uso e reutilização, protegendo o valor financeiro das informações;
- Melhoria na velocidade e abrangência de acesso, oportunidades de compartilhamento e análise de dados, e outros benefícios de pesquisas.

Além das vantagens administrativas apontadas acima, a CD também apresenta facilidades que garante valores a longo prazo que visam possibilitar a preservação de ativos digitais. Essas ações visam preservar dados, permitir acesso contínuo, encorajar a reutilização, maximizar a exploração de materiais digitais, fornecimento de contexto e migração de dados para novos formatos, com infraestrutura de gestão perpétua (Abbott, 2008).

A Digital Curation Center (DCC), apresenta um conjunto de ações necessárias para a promoção da CD e a preservação do ciclo de vida dos dados, de modo que assegura que todas as ações necessárias sejam identificadas, planejadas e implementadas na sequência correta. Isso pode garantir a manutenção da autenticidade, confiabilidade, integridade e usabilidade do objeto digital” (Siebra, et al., 2013, p. 9). Dessa forma, o Ciclo de Vida da CD envolve três conjuntos de práticas, as ações para todo o ciclo de vida e as ações sequências e ocasionais.

**Figura 1:** Ciclo de vida da Curadoria digital



Fonte: DDC, 2008

O termo **ações para todo o ciclo de vida** é usado para descrever atividades que abrangem todas as etapas da CD. Essas atividades estão simbolizadas visualmente por anéis concêntricos que cercam os objetos de dados no núcleo do modelo, para ilustrar a ideia de sua presença constante ao longo do ciclo de vida da curadoria digital (Sayão; Sales, 2012). As atividades dessa etapa são: Descrição e representação da informação; Planejamento e Preservação; Participação e Monitoramento; e Curadoria e Preservação (Sayão; Sales, 2012).

**As Ações Sequenciais**, por sua vez, “são etapas que devem ser cumpridas repetidamente para assegurar que o dado permaneça em contínuo processo de curadoria de acordo com as melhores práticas” (Sayão; Sales, 2012, p. 186). As atividades dessa etapa são: conceitualização; criação e/ou recebimento; avaliação e seleção; arquivamento; ações de preservação; armazenamento; acesso, uso e reuso; transformação. Por fim, **as Ações Ocasionais** são atividades realizadas de forma eventual com o propósito de interromper ou reordenar as ações sequenciais (Sayão; Sales, 2012). As atividades dessa etapa são: Eliminação; Reavaliação; e Migração.

Dessa forma, através da pesquisa, seleção, aprimoramento, organização e disseminação de conteúdo, a curadoria desempenha um papel crucial no reforço da estruturação e divulgação de informações, bem como na intensificação do fluxo de conteúdo essencial para a produção de conhecimento (Siebra, et al., 2016). As

práticas que compõem a CD apresentam-se de maneira mais inclusiva em relação à vida útil de objetos digitais do que o arquivamento digital ou a preservação digital (Siebra; Borba, 2018). Apesar da consolidação da CD ter origem na preocupação de encontrar formas de gerenciar os ativos informacionais provenientes do ciclo de vida das produções científicas e pode ser utilizada em outros contextos, como os acervos culturais (Freire, P., et. al., 2020).

As instituições de memória podem utilizar a curadoria digital como um norteador em relação à gestão e organização de acervos digitais, tornar acessível os itens, garantir o acesso a longo prazo aos ativos digitais da instituição, o que está ligado à preservação da memória. À vista disso, os terreiros de candomblé cumprem o papel de guardiões da memória dos povos africanos em diáspora, custodiando elementos culturais organizados e baseados na tradição oral que possibilitam a compreensão do contexto e as vivências desses povos, “estabelecendo uma conexão histórica”. (Silva Junior e Oliveira, 2018, p.4)

Com a capilarização das mídias digitais nos terreiros de candomblé, têm surgido duas preocupações acerca do compartilhamento das vivências desses grupos: a descaracterização da tradição oral e o futuro da memória digital produzida pelos membros dessas *egbés* (sociedades). Para ambas as preocupações, as práticas ligadas a CD apresentam soluções viáveis a serem construídas e implementadas por um terreiro de candomblé, possibilitando que as comunidades naveguem pelo vasto oceano de informações digitais, selecionado e moldando cuidadosamente o conteúdo que melhor ressoa com suas narrativas culturais históricas.

Quanto a preocupação sobre a descaracterização da tradição, a curadoria digital apresenta um conjunto de atividades a serem implementadas que resguarda o terreiro de expor, nas mídias sociais, vivências exclusivas aos membros da comunidade e também garante que os segredos atrelados ao sagrado sejam respeitados. Em relação a qual legado será transmitido às gerações vindouras, Galindo (2021, p. 18) pondera: “a humanidade é responsável pelo trabalho de fazer os frutos da cultura chegarem às gerações do futuro”. Assim, a CD dedicada à preservação da memória afrodiáspórica visa assegurar a disponibilidade contínua e a acessibilidade dos documentos digitais, contrapondo-se à obsolescência e fragilidade inerentes a esses registros. Nesse sentido, a seção seguinte apresentará os percursos metodológicos pelos quais esse trabalho seguiu a fim de cumprir a

finalidade desse trabalho, o qual é propor um modelo de curadoria digital a ser aplicado em um terreiro de candomblé.

## 5 METODOLOGIA

O método histórico materialista-dialético foi escolhido como a abordagem metodológica a ser utilizada, uma vez que tem em vista analisar as relações de produção, das contradições de classe e das lutas de classes que compreendem os processos históricos e a estrutura social que moldam a realidade material concreta do Brasil. Além disso, o presente trabalho propõe um modelo de Curadoria Digital que possa ser aplicado em um terreiro de candomblé com base na produção de conteúdos digitais do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*.

Assim, a pesquisa pode ser classificada como exploratória uma vez que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito” (Gil, A. 2002, p.41). Quanto a caracterização, a pesquisa adotou um viés qualitativo, pois é capaz de

descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (Richardson, R., 2014, p. 80).

Consoante ao que foi abordado nas seções anteriores, a utilização das mídias digitais como meio de produção, uso e compartilhamento de conteúdos por parte de grupos tradicionais, como os terreiros, faz com que sejam elencadas preocupações acerca do impacto na tradição oral e também na preservação da memória digital. O *locus* de pesquisa foi o *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*, um terreiro de candomblé de tradição Keto, situado no Município do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife (RMR), no prédio que era pertencente ao Barão de Pirapama.

Haja visto o contexto em que o trabalho pretende-se percorrer, o procedimento técnico escolhido foi o estudo de caso, porque conforme Yin (2001, p. 32), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Ainda segundo Gil (2002, p. 54) um dos propósitos desse tipo de pesquisa é “explicar variáveis causais de determinado

fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamento e experimentos”. Além disso, a observação participante como ferramenta orientadora para as análises foi escolhida pelo fato de que ela “consiste na participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa” (Gil, 2017, p. 87).

Ao observar a presença do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* nas digitais, foram analisadas sua produção documental digital disponibilizada no canal do *Youtube* e no *Blogspot* do terreiro ao longo dos quatorze anos de existência do terreiro. Dessa forma, no canal do *YouTube* foram identificados diversos registros em vídeo os quais retratam celebrações, rituais, danças, vivências cotidianas do terreiro, entrevistas concedidas pela lalorixá e matérias jornalísticas sobre o terreiro. No *Blogspot*, foram identificados uma variedade de registros, textos, imagens, vídeos, recortes de entrevistas, informações sobre eventos realizados pelo terreiro e divulgação da atuação do terreiro em espaços de debate público.

Utilizando uma abordagem interpretativa e descritiva, ancorada nos materiais disponíveis nas plataformas digitais e nas experiências testemunhadas no terreiro, adotaram-se critérios como base para a análise da produção documental, visando à formulação de uma proposta de curadoria digital. Estes critérios incluíram:

- **Descrever como a informação é produzida e circula no terreiro.**
- **Análise do Respeito à tradição oral e aos sigilos:**
  - Avaliar os conteúdos disponibilizados pelo terreiro em relação à conformidade com esses critérios;
  - Coletar exemplos específicos de conteúdo que demonstrem o respeito ou a violação do sigilo e das estruturas basilares.
- **Análise da Custódia dos Ativos Digitais do Terreiro:**
  - Identificar os tipos de ativos digitais mantidos pelo terreiro (vídeos, textos, imagens, etc.);
  - Investigar como esses ativos são armazenados, protegidos e acessados pelo terreiro;
  - Avaliar a eficácia das práticas de custódia em relação à preservação e segurança dos ativos digitais;
- **Análise das Estratégias de Preservação dos Ativos Digitais:**
  - Mapear as estratégias específicas adotadas pelo terreiro para preservar seus ativos digitais ao longo do tempo.

- Analisar como essas estratégias se alinham com as melhores práticas de preservação digital.

Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com propósito de contextualizar historicamente como ocorreu a diáspora africana para as Américas e como consequência desse processo o surgimento das nações de candomblé. A pesquisa envolveu a revisão da literatura disponível sobre a temática, documentos históricos, legislações relacionadas ao período colonial e ao início da república. Nas próximas seções é possível ver o produto deste trabalho.

## 6 COLETA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 6.1 LOCUS DE PESQUISA

O município do Cabo de Santo Agostinho, localizado na RRM, é caracterizado pela longa história das atividades relacionadas à cana-de-açúcar desde os tempos coloniais e, conseqüentemente, pela forte presença da cultura africana resultante da diáspora. Ainda nos dias atuais, é possível discernir a influência do período da escravidão no Brasil no patrimônio material e cultural do município, exemplificado pelo *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*, o qual é o *locus* de pesquisa deste trabalho.

O *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*, fundado no ano de 2009, situado em uma das propriedades que um dia pertenceu ao Barão de Pirapama sob a liderança da *Ialorixá* Valderez Gonzaga da Silva (Mãe Valda de Pirapama), representa uma das instituições do município que salvaguarda a memória e a cultura dos povos africanos. O que antes era símbolo da opressão colonial hoje é um espaço de resistência e de perpetuação da ancestralidade, uma vez que

A funcionalidade do referido Templo de Culto aos Orixás, tem como espaço uma peça arquitetônica adaptada a partir de uma antiga sede de um Engenho de Açúcar, pertencente ao Barão de Pirapama, provavelmente reformado no século XIX, uma dedução a partir dos elementos decorativos da fachada ao estilo neoclássico. Durante as obras de reforma e adaptação, foram encontrados vestígios do que teria sido a senzala do engenho, comprovando a existência de um antigo cemitério de negros escravizados. (Romulo; Pereira, 2010, p. 1)

Além de reverenciar a ancestralidade africana, o *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* também cultua e preserva a ancestralidade mais próxima através do culto à Jurema

Sagrada, uma religião, com raízes nos povos originários que habitaram a região do planalto da Borborema, abrangendo os estados de Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte. O terreiro liderado por Mãe Valda de Pirapama desempenha um papel fundamental no Cabo de Santo Agostinho, como um importante centro cultural e guardião da memória deste município, sendo participativo e influente na vida cultural da região.

Para fins ilustrativos as figuras 2 e 3 representam o prédio do terreiro no final do século XIX e uma o prédio recentemente já constituído como um terreiro de candomblé ketu e a figura 4 retrata a fotografia da lalorixá do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* (Mãe Valda) vestida com as roupas tradicionais sacerdotais.

**Figura 2:** Foto histórica do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*



Fonte: Foto divulgada na página facebook do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*

**Figura 3:** Foto recente do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*



Fonte: Foto divulgada na página facebook do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*.

**Figuras 4:** Mãe Valda de Pirapama



Fonte: Foto divulgada na página do blogspot do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã.

## 6.2 PRODUÇÃO DOCUMENTAL DO ILÊ ASÉ SANGO AYRÁ IBONÃ

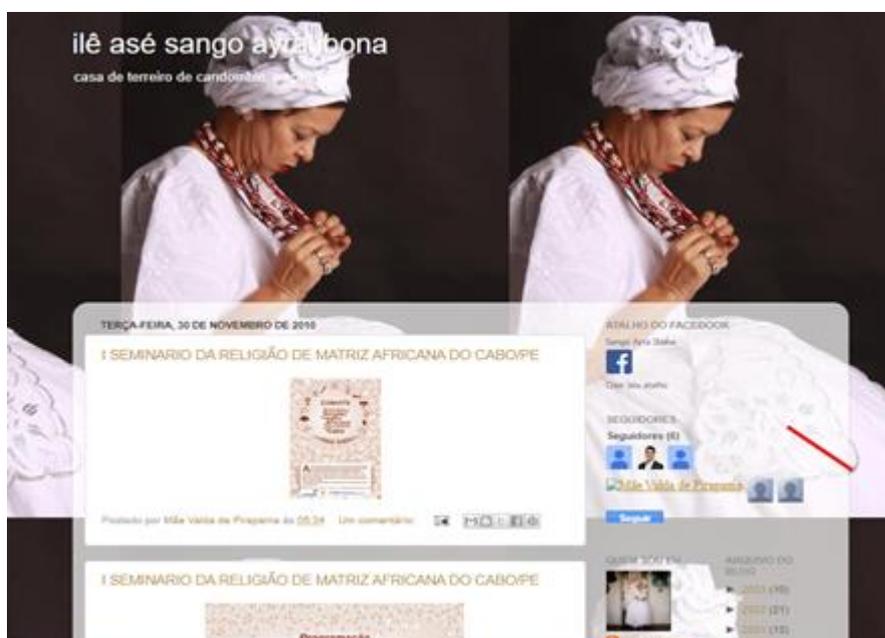
À semelhança de diversos terreiros de candomblé, o *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* expandiu suas experiências para o mundo virtual, o que significa que a partilha de memórias ultrapassa os limites físicos do próprio terreiro. Nesse sentido, as vivências desse local, passíveis de serem compartilhadas, encontram expressão em variados meios e formatos, abrangendo *blogs*, *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* e outros canais digitais. Esses documentos em sua maioria são produzidos por filhos da casa, mas também conta com a ativa participação da *lalorixá* e da *Yakekerê* (mãe menor).

Ao realizar uma análise inicial da produção documental digital do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*, observou-se que, mesmo sem a existência de um protocolo formal estabelecido para orientar o compartilhamento nas mídias digitais, o terreiro mantém os princípios essenciais que permitem a preservação da memória das comunidades de terreiro. Dessa forma, as vivências são compartilhadas de maneira que a comunidade de usuários (mesmo não pertencente ao terreiro) consiga compreender e sentir parte do ilê. Além disso, no tocante aos direitos autorais do que é compartilhado nas mídias digitais, em especial no acervo iconográfico e audiovisual, o terreiro apresenta as fontes e a autoria dos itens.

Ao explorar a plataforma *Blogspot*, constatou-se que o Barracão deu início às suas atividades em abril de 2010 e continua, até os dias de hoje, compartilhando conteúdo relacionado ao terreiro, bem como temas relacionados ao culto aos orixás e à Jurema Sagrada. Além da valiosa riqueza de informações registradas nas postagens do blog, o site também abriga um acervo significativo de elementos iconográficos, materiais audiovisuais e diversas entrevistas concedidas pela *Ialorixá* a importantes veículos jornalísticos do estado de Pernambuco.

Nesta plataforma, é possível encontrar uma abundância de fotos e vídeos das festividades abertas ao público, como os *Xirês*, rituais em que se canta e dança para todos os orixás. Além disso, o cotidiano do terreiro é compartilhado na rede social, com o propósito de demonstrar à sociedade que o Ilê é um espaço acolhedor para todos, e desmistificar os equívocos disseminados pelos intolerantes religiosos sobre as práticas das religiões de matriz africana. Para fins ilustrativos segue a figura 5 com intuito de retratar a página inicial do blog do terreiro.

**Figura 05:** Blog do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibama*



**Fonte:** Blogspot do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibama*

No canal do *Youtube*, o *Ilê Asé Sango Ayrá*, com 2,19 mil inscritos, apresenta um acervo audiovisual composto por 112 vídeos, os quais apresentam registros mais detalhados da vida cotidiana e das grandes celebrações. Esta plataforma serve como um canal de divulgação das atividades realizadas e, por meio de transmissões

ao vivo temáticas, esclarecendo dúvidas e discutindo a memória e a espiritualidade dos africanos e dos povos originários através do culto à Jurema Sagrada. Para fins ilustrativos segue a figura 6 retrata a *homepage* do canal do *Youtube* do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã.

**Figura 6:** *Homepage* do canal do *Youtube* do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã



**Fonte:** *Homepage* do canal do *Youtube* do Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã

O acervo audiovisual produzido pelo Ilê disponibilizado no canal do *YouTube* apresenta uma tímida organização dos vídeos disponibilizados por meio de cinco *playlists*: **Dia a dia no terreiro; Orixás Ketu; Jurema; Oxossi; Tombo de Jurema**. Considerando a diversidade do universo documental, é importante que esse acervo possa ser organizado e representado de uma forma mais ampla, a fim de garantir uma melhor experiência ao usuário.

No que diz respeito à organização do acervo e às estratégias de preservação da memória digital do terreiro, é evidente que, apesar dos esforços para tornar as informações acessíveis, há falta de organização e uma necessidade de aprimoramento na maneira como esses arquivos são disponibilizados. Evidenciou-se também que o universo documental da Ilê carece de estratégias voltadas para a preservação a longo prazo da memória digital. Atividades básicas como *backup* são inexistentes, logo, os ativos digitais da comunidade estão à mercê da obsolescência

programada dos dispositivos e dos suportes digitais e as mídias digitais continuem custodiando o acervo do terreiro.

Encontrando-se espalhado na rede e por meio de critérios precisos de organização, a curadoria digital apresenta-se como um mecanismo valioso para o *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã*, uma vez que por meio das práticas propostas, é possível criar coleções digitais cuidadosamente selecionadas, assim como armazenar de maneira adequada os ativos digitais, protegendo-os contra a obsolescência e perda, garantindo assim que a identidade e a cultura dos povos de terreiros sejam preservadas e perpetuada para as gerações futuras, por isso na seção a seguir será apresentado uma proposta de modelo de CD a ser implementado em terreiro de candomblé.

## **7 PROPOSTA DE UM CICLO DE CURADORIA PARA O ILÊ ASÉ SANGO AYRÁ IBONÃ**

Como foi dito anteriormente, este estudo tem como finalidade propor um modelo de CD adaptável para ser aplicado em um ambiente de terreiro, com base nas experiências e práticas observadas no *Ilê Sango Ayrá Ibonã*. O modelo escolhido para a CD é o DCC, que categoriza as atividades em três tipos distintos: ações abrangendo todo o ciclo de vida, ações sequenciais e ações ocasionais, como explicado por Sayão e Sales (2012).

### **7.1 PLANEJAMENTO**

A primeira etapa fundamental na implementação de um ciclo de CD é o planejamento das ações a serem executadas. Isso se torna particularmente importante, uma vez que os objetos em questão provêm de um contexto complexo, permeado por desafios, como o apagamento histórico, o epistemicídio, a descaracterização da tradição oral e o iminente risco de que a memória afrodiaspórica seja submersa no vasto oceano de informações circulantes nas mídias digitais.

Assim, faz-se necessário a avaliação detalhada da produção documental digital produzida e compartilhada pelo terreiro, isto é, o apontamento de todos os tipos de documentos produzidos — em quais mídias digitais são veiculadas, como estão organizadas e como funciona a cadeia de vida. Após a avaliação inicial, a

comunidade deve estabelecer objetivos claros a serem alcançados, os quais devem ter como norte a garantia de acessibilidade a longo prazo e o respeito às tradições culturais e ao sigilo, por meio da preservação dos documentos digitais do terreiro.

## 7.2 AÇÕES PARA TODA VIDA

As ações essenciais que perduram ao longo da vida estão centralizadas no núcleo do modelo do ciclo de CD apresentado pela DCC, por representarem as atividades fundamentais que permitem a manipulação eficaz dos objetos digitais. Nesta fase, a representação da informação por meio da atribuição de metadados, gestão de direitos autorais, definição de parâmetros de segurança da informação, e elaboração de planos para as atividades de preservação e curadoria.

Conforme proposto pela DCC, as ações sequenciais proposta para o caso do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* será dividida nos estágios apresentados no quadro 1:

Quadro 1 - Estágios das ações para toda vida do ciclo de curadoria digital

ESTÁGIO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
<p><b>Acesso e controle</b></p>	<p>É essencial criar e implementar um protocolo de categorização de documentos do terreiro, devido ao sigilo associado à hierarquia, que funciona como mecanismo de controle em uma sociedade oral. Os temas devem ser categorizados de acordo com a hierarquia religiosa: público externo, <i>abiã</i><sup>6</sup>, <i>yaô</i><sup>7</sup> e <i>egbomi</i><sup>8</sup>.</p> <p>A gestão de acesso deve ser rigorosamente controlada para preservar informações sensíveis e respeitar os princípios da tradição oral e do sigilo, incluindo a criação de áreas restritas para os membros da comunidade e o compartilhamento seletivo com o público externo.</p>
	<p>O padrão de metadados escolhido para a execução da representação descritiva e temática foi o <i>Dublin Core</i></p>

<sup>6</sup> Novo adepto da religião; aquele que escolheu um novo caminho; não iniciado no Orixá.

<sup>7</sup> Neófito; aquele que foi iniciado no Orixá.

<sup>8</sup> Irmão mais velho; aquele que cumpriu as obrigações de 7 anos de iniciação.

<b>Representação descritiva e temática</b>	por se tratar de um padrão voltado para a representação de recursos digitais, garantindo a interoperabilidade entre sistemas e capaz de adaptar-se à realidade da instituição.
<b>Acompanhamento e participação da comunidade</b>	Manter registros detalhados de todas as atividades de Curadoria Digital, incluindo decisões de seleção, políticas de acesso e práticas de preservação; Garantir transparência na gestão dos ativos digitais para construir a confiança da comunidade;
<b>Planejamento da preservação</b>	Documento contendo todas as ações de preservação a serem realizadas, assim como atribuir funções aos membros responsáveis pela curadoria do arquivo.
<b>Curadoria e preservação</b>	Criação da comissão responsável pelas ações de curadoria e de preservação da memória; avaliação semestral das políticas de preservação digital da memória do terreiro.

**Fonte:** Adaptado pelo autor do modelo proposto pela DCC

### 7.3 AÇÕES SEQUENCIAIS

A execução regular de ações sequenciais no ciclo de CD é fundamental, uma vez que por meio delas se assegura que o objeto permaneça em constante conformidade com as melhores práticas e, mesmo que o universo documental cresça, o acesso a longo prazo será garantido. Conforme proposto pela DCC, as ações sequenciais proposta para o caso do *Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã* serão divididas nos seguintes estágios:

Quadro 2 - Estágios das ações sequenciais do ciclo de CD

<b>ESTÁGIO</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</b>
<b>Conceitualização</b>	Antes de produzir qualquer conteúdo a ser publicado, consultar o protocolo de categorização dos conhecimentos com o propósito de saber sobre se o registro pode ser acessado por pessoas fora da

	<p>comunidade e, caso seja restrito a Egbé, a partir de qual posição na hierarquia podem acessar os documentos produzidos;</p> <p>Sobre documentos audiovisuais e iconográficos é importante consultar aos envolvidos sobre a autorização do uso da imagem;</p>
<b>Criação e/ou recebimento</b>	Ao criar ou compartilhar alguma informação proveniente de entidades externas, ter o cuidado de verificar a qualidade, a consistência e se está de acordo com normas e diretrizes do terreiro.
<b>Avaliação e seleção</b>	Avaliação contínua de quais conteúdos produzidos deverão ser preservados a longo prazo e realização de ajustes e melhorias com base no feedback da comunidade e nas mudanças tecnológicas.
<b>Arquivamento</b>	Os documentos serão custeados pelo Ilê Asé Sango Ayrá Ibonã;
<b>Ações de preservação</b>	Considerando a realidade da instituição, a ação escolhida foi a migração dos objetos para formatos mais recentes.
<b>Armazenamento</b>	Os documentos serão armazenados em um sistema de armazenamento em nuvem e também em dispositivos físicos não-voláteis.
<b>Acesso, uso e reuso</b>	A disponibilização dos documentos produzidos pelo terreiro serão organizados e disponibilizados em um repositório institucional, assim como nas plataformas e mídias digitais já utilizadas.
<b>Transformação</b>	Estabelecer um ambiente propício que promova o uso dos documentos produzidos pelo terreiro, permitindo sua utilização em pesquisas relacionadas às comunidades de terreiro e à memória afrodiaspórica.

**Fonte:** Adaptado pelo autor do modelo proposto pela DCC

#### 7.4 AÇÕES OCASIONAIS

As ações ocasionais no CD ocorrem todas às vezes que, durante a aplicação das atividades, são verificadas lacunas durante o desenvolvimento das ações sequenciais. As ações ocasionais têm o intuito de interromper ou reordenar as ações em curso. Conforme proposto pela DCC, as ações ocasionais proposta para o caso do *Ilê Asé Sango Ayrá* serão divididas nos seguintes estágios:

Quadro 3 - Estágios das ações ocasionais do ciclo de curadoria digital

ESTÁGIOS	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES
<b>Eliminação</b>	Eliminar os itens que não se adequam às diretrizes estabelecidas pelo protocolo de categorização de conhecimentos, caso surja dúvida consultar a lalorixá.
<b>Reavaliação</b>	Ao identificar falhas nas atividades realizadas nas ações para toda a vida e/ou sequenciais, o documento deverá ser reavaliado e ser encaminhado para a realização de ajustes ou melhorias.
<b>Migração</b>	Sempre que identificar a iminência da impossibilidade de acesso ao objeto por conta da obsolescência tecnológica do suporte, a migração para um suporte e/ou um meio tecnológico mais atualizado.

**Fonte:** Adaptado pelo autor do modelo proposto pela DCC

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil foi forjado no mito da lusotropicalidade como tentativa de apagar a influência africana na formação social do país — o que é compreendido por Gonzalez (2020) como uma neurose cultural fundamentada no racismo, pois por mais que se tente negar, há uma África na América e esse lugar é o Brasil. Posto isto, diversas foram as tentativas de exterminar a população negra e uma das mais cruéis foi o apagamento das memórias dos povos que construíram essa nação sob suor, sangue e choro. Todavia, os paradigmas têm mudado e a cada dia a população negra do Brasil tem compreendido qual é o seu lugar no cosmos e por meio das tecnologias tem se instrumentalizado para intercâmbio de vivências.

Nesse contexto, duas perguntas direcionaram esta pesquisa, sendo a primeira voltada para os impactos causados à produção da memória dos terreiros a partir da sua existência digital nas redes, pois essas novas formas de existir no mundo esbarram na estrutura tradicional das religiões de matriz africana, a tradição oral e o sigilo. A partir das experiências obtidas por meio das análises das vivências do Ilê Sango Ayrá Ibonã demonstrou ser possível construir uma presença nas mídias digitais de forma responsável e consonante com os saberes ancestrais. A segunda pergunta foi voltada para o futuro da memória digital produzida pelos terreiros e chegou-se à conclusão que apesar do volume informacional gerados nas mídias, é possível salvaguardar os ativos digitais por meio da implementação das práticas de curadoria digital.

Quanto aos objetivos da pesquisa, foram atendidos e após a análise da produção documental do Ilê Sango Ayrá Ibonã chegou-se à conclusão de que a curadoria digital pode ser implementada em um terreiro e que por meio dela os pilares do candomblé são reforçados no contexto digital. O modelo de curadoria digital tomando como base foi o proposto pelo DCC porque propõe um ciclo completo de atividades que podem ser moldadas à realidade de um terreiro. Durante a condução da pesquisa alguns desafios foram encontrados, sendo os mais impactantes a dificuldade encontrar referencial teórico e exemplos de casos de aplicação de um modelo de curadoria em um terreiro de candomblé.

Este trabalho se propôs, portanto, a percorrer um percurso, com o propósito de devolver à sociedade brasileira um produto que possa ser lido e analisado por todos os povos de terreiro, a fim de fortalecer as ações de preservação da memória afrodiaspórica. A pesquisa carece de uma validação mais concreta em relação a sua aplicação, o que se aspira ser realizado em pesquisas futuras, por meio de um mapeamento preciso das práticas informacionais, os membros de Ilê Sango Ayrá Ibonã, de implementar um ciclo de curadoria digital no terreiro e devolver à comunidade um produto, ou seja, uma repositório digital contendo documentos que retratem as memórias do Ilê no intuito de ampliar os portais do retorno, exaltar a memória dos ancestrais e fortalecer a identidade amefricana.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, DA **What is Digital Curation?**. Reino Unido: DCC, 2008. Disponível em: <https://www.dcc.ac.uk/guidance/briefing-papers/introduction-curation/what-digital-curation>. Acesso em: 9 set. 2023.

ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Palmares, 2006.

ALMEIDA. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ARAÚJO. **O que é ciência da informação?** Belo Horizonte: KMA, 2018.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2007.

BARBIERI. Atlântico negro: na rota dos orixás. Direção: Renato Barbieri. Roteiro: Renato Barbieri, Victor Leonardi. Brasil: [s. n.], 1998. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2l0gjOhcZ-o>. Acesso em: 11 set. 2023

BRIET. **O que é a documentação?** Brasília: Brinquet de Lemos, 2016.

BROCOS. **A redenção de Can**. 1895. 1 Óleo sobre tela, c.i.d. 199,00 cm x 166,00 cm. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CORTEZE; JUVÊNCIO. O fenômeno da internet na religião oral: a influência das mídias sociais no candomblé. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 7, n. 1, p. 80-97, 2022. DOI: [10.47681/rca.v7i1.48147](https://doi.org/10.47681/rca.v7i1.48147) Acesso em: 24 ago. 2023.

FRANCO. Ciberquilombismo: Negras e negros no espaço digital. **COPENE SUL**, Criciúma, 2021. Disponível em: [https://www.copenesul2021.abpn.org.br/resources/anais/20/copenesul2021/1637026685\\_ARQUIVO\\_4e3535b7ff2c005ed706600b7a66cdd9.pdf](https://www.copenesul2021.abpn.org.br/resources/anais/20/copenesul2021/1637026685_ARQUIVO_4e3535b7ff2c005ed706600b7a66cdd9.pdf). Acesso em: 23 ago. 2023.

FREIRE, K.; SALES, L.; SAYÃO, L. Curadoria Digital no contexto artístico e cultural: possibilidade de reuso de dados de arte. **Encontro bibli**, Florianópolis, v. 25, p. 01-21, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2020.e74280>. Disponível em: [Vista do Curadoria digital no contexto artístico e cultural: possibilidades de reuso de dados de arte \(ufsc.br\)](https://www.ufsc.br/curadoria-digital-no-contexto-artistico-e-cultural-possibilidades-de-reuso-de-dados-de-arte). Acesso em: 23 set. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GALINDO. Legado digital: o futuro que nos é presente. *In*: SIEBRA; BORBA, (org.). **Preservação Digital e suas facetas**. São Carlos: Pedro e João editores, 2021. ISBN 978-65-5869-327. Disponível em: [https://www.ufpe.br/documents/39626/3547884/Ebook\\_Preservac%C2%B8a~o\\_Digital\\_e\\_suas\\_Facetas\\_2021.pdf/128192be-71fe-4b9b-b685-28fbee9d928d](https://www.ufpe.br/documents/39626/3547884/Ebook_Preservac%C2%B8a~o_Digital_e_suas_Facetas_2021.pdf/128192be-71fe-4b9b-b685-28fbee9d928d). Acesso em: 11 set. 2023.

GIL. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 6 ed. 2017.

GOMES, A. C. Imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/italianos.html>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GOMES. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

GONÇALVES, J. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

ITAÚ CULTURAL. ELISA LUCINDA: diálogos ausentes. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w5UBFd0wZ94&t=154s>. Acesso em: 12 set. 2023.

KILOMBA. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cogobó, 2019.

LACOMBE, A. et al. **Rui Barbosa e a queima dos arquivos**. Brasília, Ministério da Justiça: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

LODY. **Candomblé**: religião e resistência. São Paulo: Ática, 1987.

MATTOS. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO. **O genocídio do Negro Brasileiro**: processo de racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOTÍCIAS. In: SERPRO. **O futuro está nos dados** . [S. I.]: SERPRO, 2022. Disponível em: <http://intra.serpro.gov.br/tema/noticias-tema/o-futuro-esta-nos-dados#wrapper>. Acesso em: 30 ago. 2023.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. I.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 set. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. Lei decreto nº LEI Nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. **Lei Eusébio de Queiroz**, Rio de Janeiro, 1850. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim581.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm). Acesso em: 9 set. 2023.

PEREIRA; RÔMULO. **Um terreiro como locus de potencialização e perpetuação da Existência**. Pernambuco, 28 jun. 2010. Disponível em: <https://sangoayra.blogspot.com/2010/06/ile-ase-sango-ayra-ibona.html>. Acesso em: 4 set. 2023.

POUBEL. Uma análise fundiária das comunidades remanescentes quilombolas: desafios em construção. **Em tempo de histórias**, BRASÍLIA, ed. 29, p. 78-105, AGO/DEZ. 2016. DOI <https://doi.org/10.26512/emtempos.v0i29.14747>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14747/13068>. Acesso em: 9 set. 2023.

PIMENTEL. Escravidão, diplomacia e leis "para inglês ver". In: **Escravidão, diplomacia e leis "para inglês ver"**. Rio de Janeiro: Multirio, 22 out. 2014. Disponível em: <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/reportagens/921-a-escravidao-e-as-leis-para-ingles-ver>. Acesso em: 23 ago. 2023.

REIS. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-4060.75102>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/Hvf6N7pz6yxwk6J945MS9CC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

RICHARDSON. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

RUGENDAS. **Nègres a Fond de Calle**. 1835. 1 Litografia aquarelada. Disponível em: <http://www.slaveryimages.org/s/slaveryimages/item/2557>. Acesso em: 17 out. 2022

SANTANA; SOBRINHO. **Aquilombamento digital**: identidades negras e contemporaneidade. 1. ed. Salvador: Independente, 2020.

SAYÃO; SALES. Curadoria digital um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Revista Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.22,n.3,p.179-191,set./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224>. Acesso em: maio 2023

SIEBRA; BORBA; MIRANDA. Curadoria digital: um termo interdisciplinar. **Informação & Tecnologia**, v. 3, n. 2, p. 21-38, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41848>. Acesso em: 04 set. 2023.

SIEBRA; BORBA. Análise, tendências e perspectivas da produção científica em curadoria digital. In: OLIVEIRA; VIDOTTI (orgs). **Informação e tecnologias: desenhando fronteiras científicas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/246>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA JUNIOR; OLIVEIRA. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, p.3-10, jan./ abr. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36200>. Acesso em: 18 out. 2022.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear em rede. Petrópolis: Editora Vozes. 4. ed. 2009.

SANTANA; BONI SOBRINHO. **Aquilombamento digital**: identidades negras e contemporaneidade. Salvador: Independente, 2020.

YIN. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.